

Dossiê Temático

Antropologias dos desertos

Antonela dos Santos (org.)¹
Universidad de Buenos Aires

Gabriel Rodrigues Lopes (org.)²
Universidade Federal de Sergipe

Pedro Emilio Robledo (org.)³
Universidad Nacional de Córdoba
Universidade de Brasília

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Buenos Aires. Membro do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Nuetam/FFyL/UBA).

² Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Buenos Aires. Bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFS/CAPES). Membro do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Nuetam, FFyL, UBA).

³ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Nacional de Córdoba. Bolsista de pós-doutorado do CONICET. Pesquisador de pós-doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (DAN/UnB). Membro do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Nuetam/FFyL/UBA).

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ

Antropologias dos desertos: ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação

Anossa preocupação com os desertos surgiu há alguns anos, a partir de um diálogo que empreendemos em relação a uma série de intuições etnográficas que partilhamos no âmbito do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Universidade de Buenos Aires, Argentina). Sabíamos que a região pampeana e o Chaco semiárido na Argentina, bem como o sertão brasileiro, onde cada um de nós realiza trabalho de campo, diferem muito em termos de bioma, pluviosidade, cobertura vegetal e tipo de solo, bem como em aspectos históricos ligados aos processos de conquista e colonização. No entanto, também sabíamos que, apesar disso, essas áreas têm em comum o fato de terem sido caracterizadas, desde o período colonial e ao longo do processo de formação e consolidação do Estado, como territórios desérticos.

Embora as nossas investigações individuais não se centrassem no deserto, acabámos por ser conduzidos (e deixámo-nos conduzir) às teias político-ideológicas que transformaram estas regiões em desertos, partilhando experiências e diálogos com, respectivamente, Ranqueles, Caatingueiros e Qom. Através das suas perspectivas, conseguimos ter acesso ao outro lado da trama. Conhecemos algumas práticas e saberes que desafiam os pressupostos sobre a não-vida e ao vazio associados aos desertos e percebemos que não só é possível encontrar ali vida e abundância, como também, embora a falta de vida pareça ter tomado a primazia de forma irremediável, que existem estratégias nativas para evocar a abundância. Ou, dito de outra forma, como afirma o curador Capuxo, natural da caatinga, produzimos desertos com os olhos que temos (LOPES, 2021) e por isso somos incapazes de ver a multiplicidade da vida no mundo. Porém, também se pode dizer que o que parece seco ou desprovido de vida pode, nas palavras do líder ranquel Nazareno Serraino, habitante do pampa argentino, “estar guardado como a seiva no inverno”, ou seja, adormecido, à espera de tempos melhores ou de ciclos de esverdeamento (DOS SANTOS, 2022). E que, apesar dos modos estatais de colonização, é possível implantar formas de ocupação do território baseadas na proteção mútua, seguindo noções qom de parentesco humano e não-humano (ROBLEDO, 2020).

Foi a partir do envolvimento com esses outros horizontes cosmopolíticos que decidimos revisitá-los, por um lado, as narrativas de progresso e civilização que ganharam grande ênfase na América Latina durante o século XIX, avançando sobre todos aqueles territórios e populações que desafiavam de alguma forma esse pro-

grama político e o seu desejo de ordem e desenvolvimento. Por outro lado, percebemos também que esses lugares designados como desertos são hoje marcados pela violência, subordinação, desalojos e exploração do trabalho das populações locais, bem como pela implantação de projetos extrativistas massivos, pelo avanço da fronteira agropecuária e da monocultura, e pela instalação de hidrelétricas que, de certa forma, dão continuidade ao projeto de desertificação colonial.

Este dossiê, concebido como continuação de um Grupo de Trabalho que coordenamos no VII Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia (Rosario, Argentina, março de 2024), procura colocar à prova a produtividade das ideias sobre desertos e desertificações para refletir sobre as múltiplas situações que ocorrem em diferentes territórios latino-americanos e, igualmente, para além de nosso continente.

Desertus. O deserto como resultado

Mais do que descrever em detalhes os nove artigos que compõem este dossiê, gostaríamos, nesta introdução, de esboçar alguns dos fios teóricos e argumentativos que aparecem em todos eles, com diferentes graus de profundidade. Para começar, parece-nos importante destacar que, à exceção do texto de Viviane Kraieski de Assunção — que nos situa no deserto em torno do Lago Salton, no sul da Califórnia (Estados Unidos) —, nenhum dos outros artigos trata de desertos no sentido geográfico mais clássico. Além disso, em alguns casos, estamos diante de territórios que, à primeira vista, parecem ser o oposto do que habitualmente o sentido comum associa a um deserto: a região em torno do Rio Negro, no sul da Argentina, e os vales Calchaquíes, no noroeste, bem como, no Brasil, um município (Dianópolis) e um povoado (Mumbuca) no cerrado do Tocantins, o extremo sul da Bahia, o estado do Mato Grosso, no centro-oeste do país, o Alto Xingu e Minas Gerais, no sudeste. Embora sejam profundamente diferentes entre si, estes espaços dificilmente podem ser descritos com base nas características normalmente associadas ao deserto: a escassez de chuvas, a seca, a aridez do solo, a ausência de flora e fauna, a propensão à erosão, etc. No entanto, a perspectiva teórica do deserto e da desertificação pode ser apropriada para pensar cada um deles, não tanto para definir se constituem ou não desertos, mas antes para perguntar como e por que razão estes territórios foram ou são concebidos como desertos, e quem os pensou e descreveu como tal.

A etimologia da palavra “deserto” pode ser esclarecedora a esse respeito. Como nos lembra Javier Uriarte em *The Desertmakers* (2019: 1), ao recuarmos ao particípio latino *desertus*, derivado do verbo *deserere* (“abandonar”, “desertar”), verificamos que significa “abandonado”, “solitário”, “vazio”. Há uma certa conotação de resultado ou conclusão implícita nesse particípio, que nos leva a pensar que o deserto, por sua própria etimologia, não existiu desde sempre –uma característica que se perde ou se oculta na forma substantiva “deserto”, tanto no latim *soltudo* quanto no espanhol e no português. A ideia de que o deserto ou os desertos são lugares que *se tornaram* desertos (ou seja, foram abandonados, esvaziados, deixados sozinhos) e que não nasceram necessariamente como tal, nem são da ordem do dado ou do natural, é claramente ilustrada e problematizada no texto de Cecilia Argañaraz. Em “O Nilo Argentino: Imaginários de Deserto, Água e Mitologias”, um exercício de antropologia histórica, Argañaraz nos apresenta uma série de documentos técnico-científicos produzidos na primeira metade do século XX que partilham, entre outras coisas, a postulação e/ou discussão da

comparação entre o Rio Negro (no sul da Argentina) e o Rio Nilo, “berço da civilização”. A descrição pormenorizada da forma como engenheiros e outras figuras ligadas ao mundo da hidráulica pensaram e caracterizaram, comparativamente, o rio Negro e a sua bacia permite à autora argumentar, em chave latouriana, que aqui o “deserto” aparece como o produto de uma montagem ou associação de diversas narrativas, medidas e conhecimentos técnicos muito influenciados por um imaginário orientalista. Ao relacionar a prática profissional destes engenheiros com o projeto científico de exploração e inventário que caracterizou os naturalistas que acompanharam e justificaram o avanço militar e a anexação dos territórios além-fronteiras (conhecidos na Argentina como “a Conquista do Deserto”) no final do século XIX, Argañaraz aborda os “efeitos morais” das tarefas técnico-científicas. Ou seja, lembra-nos que os seus instrumentos e métodos *fizeram* (ou *procuraram fazer*), na região em torno do Rio Negro, um novo território —já não desértico, mas produtivo e moderno— e uma nova sociedade —já não atrasada e bárbara, mas uma sociedade de “pioneiros, camponeses e comerciantes”.

No caso da Argentina, mas na realidade de grande parte da América Latina, sabemos que os territórios se “tornaram” desertos a partir do período colonial, mas sobretudo a partir do século XIX, sob a ideia de que se tratavam de países em formação e de um continente que, em sua grande maioria, era uma espécie de *tabula rasa* em que a história estava prestes a começar e tinha de ser construída sob determinados parâmetros e ideais (LOIS, 1999; BARABAS, 2000; NAVARRO FLORIA, 2002; RAMOS, 2008; MEDEIROS, 2019). Assim, projetou-se povoar a multiplicidade de espaços “virgens” (“abandonados”, “solitários”, “vazios”) com pessoas e projetos que iriam trazer progresso, ignorando, nesse momento, todas as populações humanas e não humanas que já habitavam esses territórios.

No ensaio “Ensaio sobre os ‘vazios’: refletindo o nordeste indígena a partir da história do povo Kiriri”, Maria Carolina Arruda Branco lembra-nos que estas lógicas de esvaziamento e desertificação também estiveram presentes na construção e caracterização do Nordeste brasileiro, ignorando o papel dos encantados, da jurema e dos diversos povos indígenas. Segundo a autora, há uma continuidade entre, por um lado, os discursos coloniais e a formação do Estado-nação brasileiro que caracterizaram o interior do Nordeste como “vazio” e, por outro, o imaginário em torno dos Kiriri como “caboclos” ou “remanescentes”, ou seja, como povos vazios de (ou com falta de) pertencimento indígena. A partir de uma etnografia que acompanha a migração do povo Ibiramã Kiriri da Bahia para Minas Gerais, Branco descreve como as migrações envolvem a “composição de um novo ambiente em terras verdes”. Ou, para continuar com a chave que temos usado, a *feitura* de um território que recupera a força, a resiliência e a abundância do Nordeste, levando-o a outras terras.

Isto leva-nos a um segundo ponto a destacar nesta introdução. Se os desertos não são necessariamente ou sempre naturais, mas pertencem à ordem do construído ou são o resultado de várias práticas e instrumentos, então coloca-se a pergunta sobre como é que eles são feitos. As histórias latino-americanas nos mostram que os territórios designados por “desertos” são, em geral, o resultado ou o produto de campanhas de aniquilação que incluem todos os tipos de exploração antropogênica: ocupação civil e/ou militar, desapropriação, diversos extrativismos, entre outros.

O deserto como desejo

Em *Against the regime of ‘emptiness’*, Samia Henni (2022: 11) descreve o deserto como um “locus complexo de imagens, imaginários, climas, paisagens, espaços e histórias” que dificilmente corresponde às narrativas de vazio que justificam a sua transformação. Neste sentido, podemos argumentar que *preencher* esse vazio pressupõe, antes de mais, tê-lo criado. De fato, como Gastón Gordillo (2014) já descreveu para o Chaco argentino (o “deserto verde”), estes territórios são criados a partir de uma dialética entre destruição e produção ou, como o próprio autor argumenta, através de práticas de “produção destrutiva” levadas a cabo em nome da civilização, da modernidade ou do Estado-nação. Estas aniquilações, as guerras de anexação territorial, o extermínio de populações humanas e não humanas, a ruptura dos regimes de relação com o território que foram e são produzidos em nome do progresso significam avançar violentamente sobre territórios considerados “vazios”, produzindo *novos* vazios que não constituem uma ameaça, mas são úteis para certos planos de desenvolvimento.

Vários investigadores têm explorado a ideia do deserto como “desejo” ou “afeto” (TOMÉ, 2013; POVINELLI, 2016) ou, em termos deleuzianos, como uma vontade ou uma fábrica. No caso latino-americano, esse desejo era (e continua a ser) o de homogeneização, a criação de uma espécie de “deserto universal” em que as diferenças ecossistêmicas e sociais desaparecem em busca da instauração de sujeitos (brancos ou embranquecidos), espaços (vazios e abertos, apropriáveis e exploráveis) e tempos (produtivos, modernos, de progresso) homogêneos e desejáveis. A contrapartida desse desejo é, evidentemente, a destruição e/ou negação de tudo o que é diferente. Alguns dos artigos deste dossiê abordam, a partir da descrição de casos concretos, algumas destas dimensões, sustentando a ideia de que, de fato, “os componentes que caracterizaram esta invenção [a invenção dos desertos] estão a ser transferidas analogicamente para os discursos dominantes sobre os problemas ambientais contemporâneos, como a desertificação” (TOMÉ, 2013: 1).

Em “Um violento deserto verde: Reflexões acerca de como a tecnificação agrícola promovida pela silvicultura expulsa e invisibiliza a população rural do Extremo Sul da Bahia”, Alexandre Bonfim Silva, Gabriel Menezes Gonçalves e Gustavo Brito Loyola dos Santos descrevem, com base em uma revisão bibliográfica e em fontes públicas, o avanço das plantações de eucalipto no sul da Bahia, salientando que o desenvolvimento da indústria madeireira na região nos últimos anos tem provocado um vazio populacional significativo. Segundo eles, a exploração do eucalipto, altamente tecnificada e mediada pela máquina, afasta os habitantes rurais que não encontram trabalho e acabam por migrar, *esvaziando* esses territórios de pessoas e de conhecimentos nativos. Por sua vez, o estudo “Producindo desertos: a exploração e o desenvolvimento territorial em Mato Grosso, da produção à predação”, de Kesley Gabriel Bezerra Coutinho e Marcos Aurélio da Silva, leva-nos ao estado de Mato Grosso, onde as lógicas de exploração, ocupação e apropriação territorial ao longo do processo de colonização se traduziram e continuam a traduzir-se em práticas de depredação sistemática dos recursos num território outrora considerado desabitado ou, como afirma Rob Nixon (2011: 165), habitado com o tipo errado de presença. Os autores descrevem detalhadamente a história do estabelecimento e fortalecimento do agronegócio na região, através do avanço da fronteira agrícola e da monocultura, e sugerem que tais projetos realizados em nome do desenvolvimento têm efeitos nocivos tanto para a

saúde humana como para o meio ambiente, e produzem a desertificação desses territórios.

É interessante pensar nos dois artigos em diálogo, mais uma vez, com a proposta de Gordillo, acima referida, que nos diz que a produção destrutiva deixa “detritos”, rastros dessa destruição que, simultaneamente, remetem para a feitura de uma certa territorialidade, ou seja, para o tratamento dos espaços, e têm também implicações em termos temporais. A reflexão sobre o tempo em relação aos desertos leva-nos, em primeiro lugar, a reafirmar o que já foi dito: que são espaços descritos como “atrasados”, pertencentes ao passado, ou com modos de relação arcaicos. Porém, de certa forma, são também promessas de futuro, na medida em que, como Elizabeth Povinelli (2016) alerta, os desertos constituem, no liberalismo tardio, “estados inertes” (a não-vida) que aguardam administrações e arranjos tecnológicos adequados que os tragam de volta à vida. Em suma, nomear um território como “deserto” não é uma ação menor. Longe de ser um “conceito ingênuo”, é uma forma de “espalhar a modernidade no espaço” (MORAES, 2003: 6). Seria válido perguntar aqui de quais futuros e de quais passados estamos falando e, certamente, de qual presente. Quais são os vestígios e, simultaneamente, aquilo que ultrapassa os avanços desertificadores sobre esses territórios? Quais traços dessas coisas, pessoas, relações etc., que se buscaram destruir em prol da produção, ainda persistem e permanecem como lembrança dessas práticas e discursos de desertificação? Quais processos, sujeitos e dinâmicas desafiam a homogeneidade que, em ambos os casos, se buscou produzir através da negação do diferente —como os artigos explicitam? Através da ação de que agências e por que meios se introduzem (se é que se introduzem) vestígios de heterogeneidade ou traços que nos lembrem —como escombros— que essa heterogeneidade existiu um dia?

A iniciativa de construir um dicionário que está na base do artigo de Denis Flores intitulado “Vazios e abundâncias no léxico dos desertos: perspectivas etnográficas sobre a linguagem e a territorialidade” aborda, ainda que de forma incipiente e implícita, algumas dessas questões. A meio caminho entre a antropologia e a linguística, Flores mostra as influências teóricas e metodológicas de um projeto colaborativo de criação de um dicionário ilustrado trilíngue Tocantinense/Português/Inglês. A sua contribuição permite-nos compreender que, apesar dos mecanismos de invisibilização ativados na construção do Cerrado como um espaço vazio e improdutivo, os termos locais reunidos no dicionário revelam uma grande riqueza cultural e cosmológica, bem como um vasto conhecimento ecológico, uma vitalidade de interações que subsistem e opõem resistência aos desejos desertificadores.

Por fim, o texto de Viviane Kraieski de Assunção, intitulado “A extração de lítio no deserto do sul da Califórnia e as disputas da nomeação”, apresenta etnograficamente as diversas e contrastantes definições de lítio que atravessam os projetos de extração de lítio na região desértica de *Imperial Valley* e *Mar Salton*, no sul da Califórnia (Estados Unidos). A autora argumenta que os políticos, os cientistas e as populações locais, indígenas e não indígenas, relacionam-se com o lítio de formas contrastantes, definindo o seu âmbito e particularidades de várias maneiras. Tais ideias sobre o lítio resultam também em caracterizações divergentes do que é, do que foi e do que pode ser a área onde se pretende extrair o mineral: um deserto assolado por restrições e precariedades que só pode ser melhorado através da exploração econômica do lítio, ou um território ancestral de produção de vida que deve ser preservado face ao avanço extrativista.

No jogo entre carência e abundância que esses textos revelam, delineia-se o terceiro ponto sobre o qual gostaríamos de fazer algumas conexões finais. Referimo-nos ao contraste entre territórios concebidos monoliticamente e de uma vez por todas como meros reservatórios de recursos a explorar adequadamente em benefício de certos seres humanos, e territórios que, numa perspectiva cosmopolítica, estão superpovoados, são múltiplos e têm capacidade de ação política.

Cosmopolítica da deserção

No final de um discurso proferido em 2016 como denúncia da violência histórica exercida sobre os povos indígenas no Brasil, Eduardo Viveiros de Castro apela aos “involuntários da Pátria” (aqueles que “viram cair sobre as suas cabeças uma ‘Pátria’ que não pediram, e que só lhes trouxe a morte, a doença, a escravatura e a despossessão”) para que desertem. “Desertar”, do latim *desertare*, introduz-nos novamente na ideia de ‘abandonar’ ou ‘deixar sozinho’. Neste caso, o apelo de Viveiros de Castro é para abandonar um modo de ação baseado na ideia de um Estado-nação e seus cidadãos, adotando uma postura de pensamento e ação que escape aos limites impostos por este. Partindo da sua proposta e avançando mais além, no sentido do tema que nos ocupa, poderíamos pensar que as teorias dos nossos interlocutores ranqueles, caatingueiros e qom, mencionadas no início desta introdução, são exemplos das múltiplas e variadas tentativas que diversos coletivos fazem para “desertar” das imagens do deserto formuladas pelas economias políticas dos diferentes Estados-nação. Repovoar os seus territórios com outras práticas cosmopolíticas é “desertar” da homogeneidade e contraefetuar o destino inexorável a que as lógicas da desertificação parecem ter condenado estes povos e os espaços que habitam. Ao deserto como categoria estática e monolítica, as práticas e os saberes locais contrapõem a potência dos fluxos, das intermitências, da gestão cuidada das relações, das tecnologias e das festividades.

Em “Entre os Vazios do Cerrado e a Abundância da Memória: A História de Resistência de Dona Laurentina, Matriarca do Quilombo de Mumbuca”, Alice Agnes Spínola Mota partilha as memórias de Dona Laurentina, ensinando-nos que viver aquilombado é uma forma de resistência às lógicas coloniais que descrevem o Cerrado como inacessível, hostil ou atrasado. Através da análise etnográfica das suas memórias pessoais e grupais, bem como das diversas lutas territoriais empreendidas na Mumbuca, a autora consegue descrever como o território não é apenas um espaço físico, mas, sobretudo, um ser vivo que foi “amansado” para servir de descanso, refúgio e origem do grupo, constituindo uma rede de lugares e pessoas interligados que compõem a história e a cultura desse povo.

Por sua vez, Diego Moreira e João Carlos A. S. S. de Almeida também nos permitem refletir sobre formas de relação com os territórios que transcendem e desafiam profundamente os pressupostos naturalistas de certas concepções territoriais. No estudo “Indicadores extra-humanos de saúde ambiental: cosmopolítica e os impactos do agronegócio a partir dos Yawalapiti (Aruak) do Alto Xingu”, os autores questionam os efeitos do extrativismo e do desmatamento sobre a população extra-humana, bem como descrevem as dificuldades geradas quando territórios indígenas densamente povoados são cercados ou encruralados por áreas de monocultura. A atenção à cosmopolítica Yawalapiti permite-lhes delinear e descrever o alcance de uma teoria ambiental nativa. Segundo esta teoria, os efeitos das práticas antrópicas negligentes sobre o meio ambiente transcendem a esfera de competência humana e afetam, igualmente e de modo direto, os donos

não-humanos dos diversos ambientes que, diante das agressões, morrem ou reagem fugindo e exilando-se, aprofundando a degradação ambiental.

Encerra este dossiê — e com ele, o percurso desta introdução — o ensaio de etnografia visual “Visiones del Desierto en perspectiva de los pastores de los valles Calchaquíes”, de Andrés Jäkel. A partir de uma série de imagens e textos que retratam a experiência etnográfica do autor em várias comunidades de pastores do noroeste argentino, temos acesso a diversas perspectivas sobre os montes e os campos que contribuem para a construção dos *Valles Calchaquíes*, na província de Salta. Enquanto a escassez e o vazio são elementos preponderantes na caracterização estatal destes espaços (e justificação suficiente para que a indústria extractiva avance com força numa suposta tentativa de reverter estas características), os habitantes locais, no seu modo de vida, compõem um mundo de grande complexidade que inclui múltiplos seres, atividades, relações e espaços de grande intensidade. Mais do que isso, como Jäkel aponta, o deserto nem mesmo figura como uma questão que os preocupe. Eles não se relacionam nem refletem sobre o seu ambiente nestes termos, mas as suas práticas cosmopolíticas são orientadas pela distinção entre espaços de maior ou menor potência, com maior ou menor presença de entidades não-humanas, ou que apresentam maiores ou menores possibilidades de relação.

Estas práticas permitem-nos “atravessar o deserto” (KRENAK, 2020) e ultrapassar a dicotomia entre escassez e abundância, inerente ao nosso imaginário geográfico, para delinejar outras geografias e territorialidades.

Histórias de amor para escapar à violência

Antonio José Bolívar Proaño se quitó la dentadura postiza, la guardó envuelta en el pañuelo y, sin dejar de maldecir al gringo inaugurador de la tragedia, al alcalde, a los buscadores de oro, a todos los que empotecían la virginidad de su Amazonía, cortó de un machetazo una gruesa rama, y apoyado en ella se echó a andar en pos de El Idilio, de su choza, y de sus novelas que hablaban del amor con palabras tan hermosas que a veces le hacían olvidar la barbarie humana.
(Sepúlveda, Un viejo que leía novelas de amor, 1989)

Antonio José Bolívar Proaño, o protagonista do romance do escritor chileno Luis Sepúlveda, estabeleceu-se com sua esposa às margens do rio Nagaritza, na selva equatoriana, em sua juventude. Embora de origem serrana, Proaño se adapta rapidamente —mas não sem contratempos— ao novo lugar, constrói sua casa, aprofunda suas relações com os vizinhos indígenas e, por meio deles, torna-se um grande conhecedor da selva, de seus habitantes e de sua dinâmica, além de ser testemunha direta das mudanças que começam a ocorrer ali com a chegada dos “gringos”, aqueles personagens buscadores de riqueza que “destruíram a selva construindo a obra-prima do homem civilizado: o deserto” (1989: 60).

Assim como Proaño, que caçava uma temível gato-do-mato [“tigrillo”] já ferido pelos brancos para lhe dar a morte que merecia e, por um momento, interromper a série interminável de ataques violentos à região, as reflexões que deram origem a este dossiê também se propõem a interromper a série interminável de ataques violentos a vários territórios americanos para descrevê-los e analisá-los. Entendemos que os textos reunidos, ao mesmo tempo que evidenciam a relevância e atualidade desses debates em nossa disciplina, também demonstram que as explorações sobre o tema ainda são relativamente incipientes, restando um exercício de maior aprofundamento teórico e etnográfico para conferir verdadeiro sentido a uma possível “Antropologia dos desertos”. Na mesma perspectiva, as

linhas de conexão entre os textos –que nós, enquanto organizadores, delineamos nesta introdução– não apenas revelam algumas das preocupações que perpassam os diversos artigos, mas também sinalizam que tais diálogos e conversações entre os textos permanecem implícitos, aguardando uma abordagem mais aprofundada.

Diante da devastação e da violência que se instalaram na selva que o acolhe e o cerca, Antonio José Bolívar Proaño, como mostra a epígrafe no início desta seção, refugia-se na leitura de romances de amor que lhe permitem, de alguma forma, imaginar outros personagens, situações e paisagens. Que os textos aqui reunidos também sejam um refúgio e um convite para um movimento cosmopolítico semelhante.

Epílogo

Ao refletirmos sobre o tema daquele Grupo de Trabalho no Congresso da ALA e, posteriormente, ao elaborarmos a chamada para este dossiê, o objetivo era “mapear” quais ideias e conceitos se vinculam imediatamente ao termo ‘deserto’. Os participantes que apresentaram comunicações na ocasião, assim como os autores que submeteram artigos para esta coletânea, somaram-se a esse esforço fundamental para compreender como se articula e opera a maquinaria desenvolvimentista — que precisa romper a relação imanente entre humanos e território, desatá-los desse vínculo para fazê-los desejar o que não desejavam quando ainda não sabiam que viviam em (e eram) um “deserto” para outros.

Depois, num movimento de torção cognitiva — uma espécie de contrafeitiço — decorrente tanto de nossas discussões e reflexões quanto do diálogo comparativo com a obra de diversos autores, tornou-se teórica e metodologicamente necessário ignorar ou colocar entre parênteses tais imagens, a fim de abrir o campo semântico e sermos capazes de “ver” ilhas existenciais onde o oceano desertificador costuma ocultá-las, transformando-as em meras superfícies dignas, agora sim, de serem administradas. Daí emergem as diversas práticas sociais que vinculamos à abundância, à criatividade, à atenção às agências extra-humanas e às experiências de contraefetuação de um destino pré-configurado, entre outras.

A essas incipientes “Antropologias dos Desertos” – às quais este dossiê espera contribuir – ainda resta um longo caminho a percorrer. Falta, por exemplo, observar em que medida nossa própria prática antropológica é desertificadora, operando como uma lente fotográfica que, ao ajustar manualmente o foco, capta apenas vazios ou abundâncias, espoliações ou adaptações socioculturais ao ambiente e ao clima, assédios ou sobrevivências estratégicas, mitologias ou rituais condicionados à escassez. Essa prática de pesquisa e operação epistemológica é fundamental, pois a realidade assim o exige. No entanto, o real também convida a outros movimentos. Não pretendemos ignorar a existência física, geográfica, climática ou bioquímica dos desertos ao redor do mundo, tampouco esperamos que o ato de apontar práticas que desertificam territórios e modos de existência faça com que elas magicamente deixem de existir. Nossa desejo é salientar que a descrição dessas situações permite, de certo modo, controlar o equívoco etnográfico e incita a intensificar a diferença para alcançar uma tradução parcial – preservando a indiscernibilidade inerente a toda relação de alteridade. O que aconteceria se atravessássemos o deserto para aprender a dialogar com os nativos e souberísssemos inserir seus termos e poder imaginativo no debate? Que imagens imagináveis conseguiríamos enxergar com essas novas lentes? Que teoria etnográfica da imaginação conceitual poderia ser elaborada *diante* dessas pessoas?

Como argumenta Renzo Taddei (2025: 21), há coisas que sabemos que não sabemos e que constituem nossos “desconhecidos conhecidos”. Desse modo, diferentes abordagens na antropologia podem analisar como questões centrais para a sociedade urbana ou moderna operam em outros territórios existenciais, de forma que nossas pesquisas contribuem para estabelecer uma relação alternativa mais sustentável ao atual modo antropocêntrico. Mas há mais – e aqui reside a potência do chamado a “desertar” mencionado anteriormente – pois existem muitas coisas que não sabemos que não sabemos (ou, como diz Taddei, há muitos “desconhecidos desconhecidos”). Seja porque são incognoscíveis, tal como ver a olho nu o mundo quântico, seja porque o modo como definimos o que é o mundo e quem são os agentes que atuam nele nos impede de ver e explorar zonas da realidade invisíveis (e invisibilizadas) para a ciência, mas acessíveis sob outros modos de definir o mundo e suas entidades.

Tudo isso deveria interessar profundamente à antropologia, na medida em que uma de suas tarefas –ou melhor, sua tarefa mais distintiva, como propõe Oscar Calavia Sáez (2011)– é descobrir novos objetos capazes de gerar reflexões e funcionar como contrapontos alternativos às certezas produzidas como dadas e irredutíveis. Como sabiamente destaca o autor, pode ser que as teorias dos grandes antropólogos já não despertem tanto entusiasmo como outrora, mas o *kula*, o *potlatch*, a aldeia circular bororo –e nós acrescentaríamos: o dualismo em perpétuo desequilíbrio, o perspectivismo ameríndio, as variações sazonais da estrutura social, a sociedade-contra-o-Estado etc.– continuam sendo objetos extraordinários, capazes de penetrar e alterar o pensamento ocidental ou, como pensava David Graeber (2019), de responder a questões de relevância filosófica universal. O que há, então, ainda hoje e neste exato momento, de inimaginável na caatinga da Bahia, no Chaco e na Pampa argentina, mas também nos arredores do rio Negro no sul da Argentina e nos vales Calchaquíes, no município de Dianópolis e no povoado de Mumbuca do cerrado tocantinense, no extremo sul da Bahia, no estado do Mato Grosso, no Alto Xingu ou em Minas Gerais? O que é aquilo que, por não figurar sequer em nosso solo pré-conceitual, permanece ainda impossível de ser desertificado?

Referências

- BARABAS, Alicia. La construcción del indio como bárbaro: de la etnografía al indigenismo. *Alteridades*, 10 (19): 9-20, 2000.
- dos SANTOS, Antonela. Un río robado y vínculos secos en la pampa argentina. *Revista Chilena de Antropología*, 46: 164-184, 2022.
- GORDILLO, Gastón. *Rubble. The afterlife of destruction*. Durkham: Duke University Press, 2014.
- GRAEBER, David. Alteridade radical é só outra forma de dizer “realidade”: resposta a Viveiros de Castro. *PráxisComunal* 2 (1): 277-323, 2019.

- HENNI, Samia. “Against the regime of ‘emptiness’”. In: HENNI, S. (comp.) *Déserts are not empty*. Columbia: Columbia University Press, 2022. pp. 9-22.
- KRENAK, Ailton. *La vida no es útil*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2020.
- LOIS, Carla. La invención del desierto chaqueño. Una aproximación a la apropiación simbólica de los territorios del Chaco en los tiempos de formación y consolidación del Estado Nación Argentino. *Scripta Nova*, 38, 1999.
- LOPES, Gabriel. *Virar-otro. Notas para una teoría de la alteridad. Una etnografía de los rastejadores en la caatinga de Bahia (Brasil)*. Tese de Doutorado, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2021.
- MEDEIROS, Rondinelly Gomes. Mundo quase árido. *Ilha Revista de Antropologia*, 21 (1): 21–37, 2019.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, 4 (5): 1-7, 2003.
- NAVARRO FLORIA, Pedro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera sur. *Revista Complutense de Historia de América*, 28: 139-168, 2002.
- NIXON, Rob. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- POVINELLI, Elizabeth. *Geontologies. A Requiem for Late Liberalism*. Durham: Duke University Press, 2016.
- RAMOS, Alcida. O indigenismo na montagem da nação. Contrastes e convergências entre Brasil e Argentina. *Anuário Antropológico*, 33(1): 27–59, 2008.
- ROBLEDO, Emilio. La equivocación de un territorio en conflicto: experiencias y narrativas *qom* en el sur del Gran Chaco. *Etnográfica*, 24(2): 503-525, 2020.
- SÁEZ, Óscar Calavia. O Lugar e o tempo do objeto etnográfico. *Etnográfica*, 15 (3): 589-502, 2011.
- SEPÚLVEDA, Luis. *Un viejo que leía novelas de amor*. Barcelona: Tusquets, 1989.
- TADDEI, Renzo. ¿Hay espacio para el conocimiento indígena en los esfuerzos globales de información sobre ciencia climática? *Runa*, 46 (1): 19-25, 2025.
- TOMÉ, Pedro. La construcción política de la desertificación: el desierto que reptá. *Revista de Antropología Social*, 22: 233-261, 2013.
- URIARTE, Javier. *The Desertmakers. Travel, War, and the State in Latin America*. Nueva York: Routledge, 2020.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, 8 (1): 113-148, 2002.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da Pátria. Aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro, 20/04/2016.

VOLUME 12
NÚMERO 30
(SET./DEZ.2025)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE

ISSN: 2358-5587

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE AGOSTO
DE 2025

CHAMADA DE ARTIGOS
DOSSIÉ TEMÁTICO:
ENFOQUES CONTEMPORÂNEOS
SOBRE OS ESTUDOS DO CUIDADO

COORDENADORXS:

DR. FABIO DE MEDINA DA SILVA GOMES (UNEMAT)
DRA. LUDMILA RODRIGUES ANTUNES (UFF)

O trabalho do cuidado vem sendo compreendido como uma atividade de múltiplas dimensões na vida social, envolvendo desde o cuidado de outras pessoas, o autocuidado, o cuidado da casa, bem como ações governamentais direcionadas para determinados grupos sociais. Nesse sentido, esse dossiê pretende reunir pesquisas etnográficas sobre o trabalho do cuidado, com especial enfoque para questões envolvendo as múltiplas concepções sobre o chamado trabalho reprodutivo realizado, majoritariamente, por mulheres e dentro das casas.

30

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso